



ARRANJO INSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE BOTUCATU/SP

Rodrigo Machado Moreira
Outubro de 2020
Botucatu / SP

Botucatu se localiza no centro do estado de São Paulo, numa área de transição entre cerrado e mata atlântica e é berço da cultura caipira no interior paulista. Botucatu também é reconhecida pela prática da agricultura biodinâmica, desde a década de 1970, e da agroecologia a partir de 2000, ao mesmo tempo em que o município é palco da hegemonia de diversas monoculturas do agronegócio, como cana de açúcar, laranja, eucalipto e pastagens.

A sociedade civil organizada é diversa e ativa e tem realizado o processo de incidência política a partir de vários setores, ancorados em conselhos municipais como CONDEMA (Conselho Municipal de Meio Ambiente), COMSAN (Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional) e CMDR (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural). A incidência política também se dá na câmara dos vereadores, especialmente por conta da regulamentação do Plano Diretor Participativo.

As políticas municipais de Botucatu-SP, no seu conjunto, fortalecem a agricultura familiar, a Segurança Alimentar e Nutricional e a Agroecologia. Elas giram em torno de temas do abastecimento alimentar, agricultura urbana, inclusão social produtiva com segurança sanitária, proibição de transgênicos, alimentação escolar e cesta básica emergencial durante a pandemia, sistema de segurança alimentar e nutricional (SISAN) como um todo, juventude e mulheres, entre outros.

SISAN Municipal

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSAN-Botucatu) foi criado pela Lei nº 5100 de 15 de dezembro de 2009 e a Câmara Intersetorial de Segurança

Alimentar e Nutricional (CAISAN) por Decreto nº 9.901 de 26 de maio de 2014, a partir da mobilização da sociedade civil presente na Rede de Promoção e Defesa da Alimentação Saudável, Adequada e Solidária (RedeSANs), apoiadas em professoras/es universitárias/os da UNESP, gestores/as municipais comprometidos/as com a questão e em organizações da sociedade civil, especialmente a Cáritas Arquidiocesana.

Botucatu já realizou três conferências municipais e criou um Banco de Alimentos gerido pela sociedade civil organizada, como a ONG Ação da Cidadania, na atualidade. O município investe cerca de R\$ 400.000,00 reais anualmente nesses projetos. Atualmente, com a pandemia, o Banco atende cerca de 32 organizações e 623 famílias por semana. Em agosto de 2020, arrecadou 26 toneladas e doou 18 toneladas de alimentos.

Banco de Alimentos de Botucatu



Fonte: Mariele Colleti – Ação da Cidadania

O principal efeito do SISAN no município foi abrir espaço para a participação popular e alguma incidência política. A partir de 2014, a Associação Biodinâmica, o Instituto Giramundo Mutuando, a Cáritas, a Ação da Cidadania e o Instituto Semeando o Futuro, entre outros, passaram a ter um papel central no controle social sobre a SAN no município.

O COMSAN vem trabalhando com a agroecologia e emitindo recomendações para o município quanto a gestão da SAN durante a pandemia da COVID-19. Mais recentemente, as ações do campo agroecológico foram incorporadas à política municipal de SAN a partir da terceira conferência municipal de SAN, realizada em 22 de Agosto de 2019.

III Conferência Municipal de SAN, em setembro de 2019



Fonte: Instituto Giramundo Mutuando

Durante a pandemia, o COMSAN aprovou o sistema de ajuda mútua “A Cidade contra o Coronavírus, idealizado pela sociedade civil e que conecta, de forma descentralizada e independente, doadores individuais e receptores de ajudas para alimentação, vestuário e cuidados em geral com a população vulnerável. Após recomendação oficial do COMSAN e manifestações de outros atores sociais da cidade, a prefeitura municipal voltou a comprar alimentos pelo PNAE e passou a distribuir alimentação escolar às famílias de 11 mil crianças da rede pública de educação.

PNAE na pandemia - Agricultores familiares da Associação Chaparral e Associação dos Orgânicos de Botucatu preparando alimentos para PNAE – 29/07/2020



Fonte: Marcelo Leonardo, CDRS.

Não há um orçamento específico para o PLAMSAN, apenas recursos das quatro secretarias envolvidas nas ações de educação, de agricultura e meio ambiente (Verde), assistência social e secretaria de saúde e esportes. O impacto do SISAN se estende ao conjunto dos cerca de 140 mil habitantes do município.

Outra ação emergencial de destaque durante a pandemia foi o decreto municipal nº 11.957 de 23 de março 2020, que permitiu a doação, pela prefeitura, de cestas básicas enriquecidas com produtos frescos locais. Desde o início da pandemia, na prática, qualquer cidadão vulnerável à fome, tem a oportunidade de se cadastrar na assistência social e poderá ter o direito, após avaliação, a uma cesta básica enriquecida mensalmente, planejada e distribuída para população vulnerável.

PAA Municipal

A pandemia acelerou a promulgação do Programa Municipal de Aquisição de Alimentos (PAA Municipal), com legislação própria e atualmente em consultoria jurídica antes de sua publicação. A lei figura nas recomendações da última conferência de SAN realizada em setembro de 2019 e da recomendação do COMSAN de Botucatu, sendo elaborada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural local. O CMDR foi recentemente reorganizado por pressão dos agricultores familiares do município, especialmente da Associação do Chaparral, da Associação dos Produtores Orgânicos e da Associação de Apicultores. Estas foram pivô central na elaboração e definição dos termos da lei local do PAA, apoiadas pelos técnicos da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural do Estado de SP (CDRS). A lei está atrelada aos artigos normativos do PAA federal.

No município, serão beneficiados diretamente cerca de 60 unidades familiares de produção que atualmente possuem declaração de aptidão ao Pronaf-DAP.

O PAA Municipal fortalece o acesso ao mercado local pela agricultura familiar, especialmente dos produtos orgânicos que podem receber um preço de cotação 30% maior pela normativa do PAA federal. A iniciativa amplia em 40% a possibilidade de compra por DAP cadastrada, ou seja, ela aumenta de 20 mil (Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE) para 28 mil reais. A gestão do PAA municipal será realizada por membros das associações de produtores/as e por membros do CMDR. Em um contexto agudo de desmontes das estruturas e processos da Secretaria Estadual de Agricultura do Estado de São Paulo, o principal efeito do PAA municipal será o de servir como peça-chave na política municipal de soberania e segurança alimentar e nutricional.

Programa Municipal de Agricultura Urbana

O programa de Botucatu é realizado desde 2001 com a implantação da primeira horta comunitária. Em 2007, beneficiava cerca de 50 agricultores/as urbanos/as. Mais adiante, em 2016, foi formalizado por meio da lei nº 5849, de 12 de julho daquele ano. Foi premiado pelo CONSEA SP no Prêmio Josué de Castro em 2018. Naquela ocasião, cerca de 34 pessoas se beneficiavam com a renda obtida das hortas, envolvendo cerca de 22 dependentes. Cerca de 500 pessoas consumiam, em 2018, alimentos agroecológicos, produzidos em 13 hortas comunitárias, a preço abaixo do mercado convencional.

O programa tem o objetivo de garantir o direito humano a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, por meio da cessão de áreas verdes às famílias carentes de baixa ou nenhuma renda do município de Botucatu. O Programa Agricultura Urbana é dividido em cinco projetos: Horta Comunitária; Jardim Comestível; Horta Escolar; Pomares Urbanos; e Agricultura de Cerca.

Programa de Agricultura Urbana



Fonte: <https://leianoticias.com.br/com-14-unidades-em-botucatu-hortas-comunitarias-ganham-novas-placas-de-identificacao/>

Há a produção agroecológica na zona urbana de Botucatu, especialmente nas hortas comunitárias e, mais atualmente, nos jardins comestíveis, entre outros. Tais espaços urbanos produzem verduras, raízes, legumes, frutas e flores.

Hortas comunitárias e jardins comestíveis de Botucatu-SP



Fonte: <https://conteudo.solutudo.com.br/botucatu/onde-ir-botucatu/hortas-comunitarias-garantem-verduras-e-legumes-organicos-em-13-bairros/>

Atualmente, há 14 hortas comunitárias e existem planos de ampliação em diversos bairros em função do aumento da demanda. Os efeitos são sentidos em vários bairros da cidade, pois seus habitantes passaram a ter acesso aos alimentos agroecológicos a preço acessível. A prefeitura subsidia com água, sementes, mudas e esterco, assim como direciona toda matéria seca de poda das árvores da cidade como rico material de cobertura morta para canteiros. A prefeitura distribui, semanalmente, cerca de 10.000 mudas de hortaliças.

A gestão é centralizada na Secretaria do Verde com participação reduzida da sociedade civil organizada.

Sistema Municipal de Inspeção (SIM)

De 2014 a 2016, o SIM funcionava sem legislação, a partir de gestores municipais apoiados pelo departamento de inspeção sanitária da UNESP de Botucatu. Atualmente, foi reativado pela nova legislação específica e começará a funcionar até o final do ano de 2020. O projeto de Lei é o nº 6.171, de 9 de junho de 2020 e dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal.

Essa legislação representa um grande avanço para a agricultura familiar e produtores de processados de origem animal. Seu principal efeito será o de abrir possibilidades de agregação de valor à produção artesanal e o fortalecimento da sucessão familiar na área rural. A gestão é centralizada na prefeitura e discutida no CMDR e no COMSAN. A prefeitura contratou médica veterinária para implementar o sistema, que já começa a funcionar neste mês de setembro de 2020.

Proibição de Transgênicos na Merenda Escolar

A proibição de transgênicos na merenda escolar de Botucatu ocorreu em 2007 num diálogo do vereador, autor da matéria, com a campanha municipal pelos alimentos orgânicos e contra os transgênicos e para a limitação das monoculturas, desenvolvida pela sociedade civil, especialmente o Instituto Giramundo Mutuando e Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica, além de outras organizações sociais reunidas no Fórum Local de Desenvolvimento Sustentável, iniciado em 2006.

Campanha pelos alimentos orgânicos e contra os transgênicos – 05/07/2007



Fonte: Instituto Giramundo Mutuando

A lei foi aprovada em 2009 e a partir de 2014 vem sendo monitorada pelo COMSAN, liderado pela sociedade civil do conselho. A Associação Biodinâmica, enquanto presidiu o COMSAN, disponibilizou *kits* de análise do milho da merenda, desenvolvendo, inclusive, o monitoramento das lavouras a campo que fornecem milho ao PNAE de Botucatu.

COMSAN visita fornecedor de milho para merenda escolar de Botucatu e realiza teste para confirmar que o cereal é livre de transgênicos



Fonte: Pedro Jovchelevich – Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica

Programa de Qualidade Ambiental

A Lei nº 4610, de 30 de novembro de 2004, institui o programa municipal de qualidade ambiental. O projeto de lei proíbe o consumo de madeira de origem ilegal e destrutiva pela prefeitura. Com a legislação, Botucatu tornou-se o primeiro município a concretizar o compromisso com a campanha “Cidade amiga da Amazônia” do Greenpeace, lançada em junho daquele ano. A partir de então, as contratações de serviços da prefeitura que envolvem madeira devem obedecer a uma série de critérios, principalmente a exigência de provas da origem legal e sustentável da madeira. Pela lei, também fica proibido o consumo de mogno, uma espécie ameaçada de extinção. Além disso, as construtoras que executam obras para a prefeitura devem reciclar e reutilizar peças de madeira. A certificação pelo selo *FSC – Forest Stewardship Council* serve como critério de desempate nos processos de licitação. A lei não beneficia diretamente a população local, mas coloca o município em alinhamento com a legislação ambiental.

PSA – Pagamentos por Serviços Ambientais

A Lei complementar nº 1153, de 7 de julho de 2015, institui o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e cria o Fundo Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais (FMPSA), ao mesmo tempo em que revoga a lei complementar nº 1045, de 21 de maio de 2013. A lei foi um marco para os ambientalistas e produtores da cidade, mas ainda não foi implementada. Deveriam participar da gestão do FMPSA o Conselho de Meio Ambiente (CONDEMA) e o CMDR, mas este último não esteve ativo entre 2014 e 2018 e os recursos presentes no fundo foram utilizados para outros fins. Atualmente, será formado um conselho de gestão do fundo com representantes dos dois conselhos municipais. O abastecimento do Fundo será feito pela concessionária de água SABESP e o principal efeito dessa lei será promover renda aos produtores rurais que conservarem e recuperarem seus recursos.

Plano Diretor Participativo e Agroecologia

O Plano Diretor de Botucatu começou a ser construído em meados da década de 2000 a partir de um intenso processo de construção coletiva. Em 2006, as organizações da sociedade civil se uniram para incidir sobre o Plano e incorporar diversas diretrizes do campo socioambiental. Participaram dessa discussão as seguintes organizações: SOS Cuesta de Botucatu, ONG Paratodos,

ONG Nascentes, Instituto Giramundo Mutuando, Associação Adão e Ema, Instituto Floravida, Associação Elo, Instituto ArteSaúde, Fazenda Demétria, Associação Biodinâmica e Sítio Beira Serra.

Após duas gestões marcadas pela paralisação desse processo, foi aprovado como Lei Complementar nº 1224 em 2017, após nova rodada de debates e modificações junto ao legislativo municipal. O plano prevê avanços significativos na política ambiental e de desenvolvimento urbano e rural do município, uma vez que a agroecologia, a produção orgânica, a agricultura familiar e a segurança alimentar e nutricional passam a compor as diretrizes do desenvolvimento do município.

Embora muitas propostas ainda estejam “no papel”, o plano diretor abre portas para a construção das seguintes políticas de interesse para o campo agroecológico: Plano Municipal de Redução de Uso de Agrotóxicos; Ajustes na normativa de pulverização aérea de agrotóxicos; Política e Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica; e a lei pereniza a existência de uma política municipal de segurança alimentar e nutricional.

A gestão do plano é realizada dentro da câmara municipal de Botucatu, por meio do corpo-a-corpo com vereadores e gestores. Há uma intensa vigilância da sociedade civil organizada no controle social sobre o Plano.

Secretaria Municipal de Agricultura

A secretaria de agricultura foi criada em meados da década de 2000 por mobilização popular na Câmara dos Vereadores, mas foi interrompida pela reforma administrativa de 2012, a partir da Lei 911/12 que a transformou numa diretoria dentro da Secretaria do Verde, esta criada em 2016. Enquanto em vigor, a secretaria trouxe capacidade ao município para pensar a agricultura e o setor rural, responder às demandas do setor e de apoiar a agricultura familiar. Destaca-se a criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural por meio da Lei nº 4827, de 04 de setembro de 2007. Essa lei, sob gestão do CMDR, proporcionou diversos projetos locais de apoio às associações da agricultura familiar a partir dos recursos do Imposto Territorial Rural (ITR). Infelizmente, esse processo foi interrompido em 2015 por um parecer do Tribunal de Contas do estado de São Paulo, que se posicionou contra a utilização de recursos de impostos (ITR) vinculados pela lei do Fundo.

Com a mudança da lei do Fundo e a inabilidade dos governantes, que desvinculou a receita, o CMDR se dissolveu por falta de participação e má condução do processo. O CMDR acaba de se reorganizar e começou a pautar, em 2020, a retomada da Secretaria de Agricultura e do Fundo.

A partir dessa sistematização inicial, não foi possível averiguar o orçamento envolvido em cada política, pois a legislação orçamentária é genérica e não qualifica os gastos dentro de cada secretaria. Por exemplo, o orçamento da Secretaria Municipal do Verde, para 2020, é de R\$ 3.284.840,00, mas não é possível averiguar, neste momento, quanto disso foi gasto nas diferentes iniciativas elencadas.

As ações, programas e políticas públicas encontradas em Botucatu foram construídas nos últimos 20 anos, contendo, de um lado, a “pegada” das diversas gestões que passaram pela prefeitura municipal e de agentes públicos de carreira e de outras organizações públicas que auxiliam no avanço de políticas de interesse público a partir dos conselhos. De outro, o conjunto dessas políticas contém o “DNA” da sociedade civil organizada, que vem incidindo, de maneira sistemática, por meio dos conselhos, campanhas, oficinas de formação, encontros, congressos, projetos de desenvolvimento, embates públicos e, por fim, por meio de proposituras construídas junto às lutas socioambientais e populares do município.

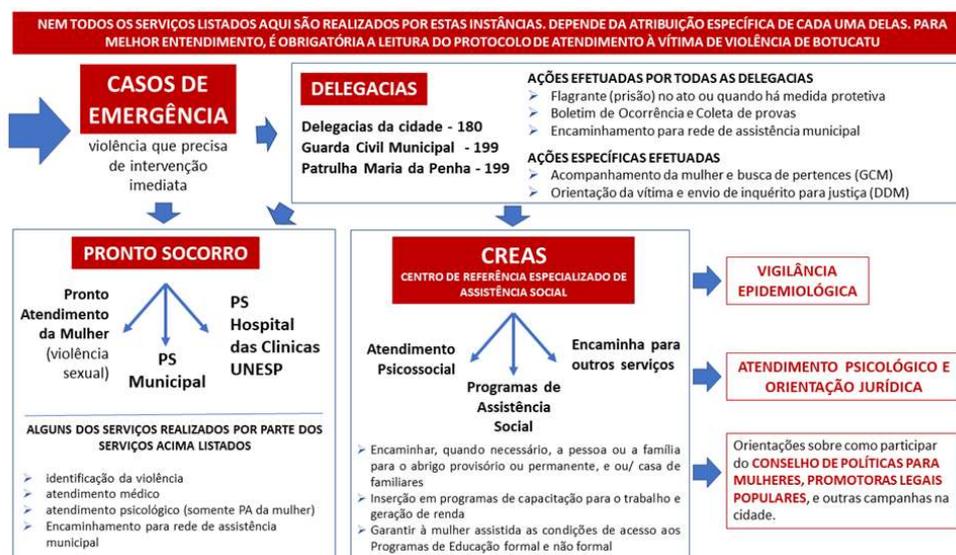
Política Municipal para Mulheres

O município de Botucatu criou seu Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres (CMPM) por meio da lei nº 5349, de 3 de abril de 2012 e está na sua terceira gestão. Recentemente, criou-se o Fundo Municipal para Promoção e Desenvolvimento para Mulheres (FMPDM) pela Lei nº 6.185 de 25 de agosto de 2020. O Fundo é uma conquista para as mulheres de Botucatu, mas ainda carece de controle social por parte da sociedade civil organizada.

O CMPM conseguiu realizar, entre outras ações, a Delegacia da Mulher e a Patrulha Maria da Penha, pela Guarda Municipal, que realiza serviço de monitoramento das violações dos direitos das mulheres nas casas onde houve violência doméstica, inclusive acompanhando as mulheres nos fóruns de justiça. A partir do CMPM, foram desenvolvidas duas turmas do curso Promotoras Legais Populares (PLP’s).

A sociedade civil organizada ligada ao movimento feminista local, por outro lado, construiu um documento para orientação no atendimento de mulheres vítimas de violência, envolvendo a sistematização de um protocolo identificando todos os serviços da cidade para mulheres vítimas de violência. Existem grupos de psicólogas voluntárias que realizam atendimento psicológico gratuito, assim como há um grupo específico da OAB que realiza atendimento jurídico às vítimas.

Protocolo de Orientação a Psicólogas e Assistentes Sociais no atendimento a mulheres vítimas de violência



Fonte: Beatriz Stamato – Instituto Giramundo Mutuando

Atualmente, o movimento feminista lançou uma candidatura coletiva, a partir de uma plataforma política construída por cerca de 53 mulheres progressistas que compõem o movimento Unidas na Política.

Conselho Municipal da Juventude

O Conselho Municipal da Juventude foi criado, recentemente, pela lei nº 5985/2018, a qual institui o CONJUVE, que tem como finalidade estudar, analisar, discutir, propor, avaliar e articular políticas públicas de atenção e apoio à juventude que contribuam para a sua inclusão e afirmação nos campos educacional, cultural, político, social e do trabalho, do esporte, lazer e saúde.

No município de Botucatu, a população jovem (de 15 a 29 anos) soma cerca de 35 mil pessoas. No ano de 2018, a prefeitura realizou algumas reuniões junto às representatividades jovens e lideranças estudantis, visando à criação do COMJUVE. O conselho foi criado, mas ainda tem participação reduzida do movimento social da juventude de Botucatu.

O movimento da juventude popular em Botucatu é da década de 1980 e tomou fôlego com a identidade do *break* na periferia de Botucatu. Esse movimento desembocou no ano 2000 como o movimento de cultura “hip-hop”, com a formação de uma associação formal que funcionou até

2010, havendo alguma interação entre as ações públicas e o movimento da juventude periférica neste período.

A associação não encontrou uma sucessão e acabou se extinguindo em 2010, mas deixou um legado: o projeto “Arte de rua”, que envolve arte urbana, *skate*, *bike*, capoeira, batalha de Mcs, batalha de *break*, entre outras manifestações culturais. Botucatu também tem um movimento de jovens ligado às igrejas diversas (Renovação Carismática Católica e Neopentecostal), ambos com impacto social da cidade. Há, ainda, entidades como *Rotary* e *Lions* que formam lideranças empresariais, com impacto político. Mas, como um todo, o movimento popular em Botucatu tem sua raiz no movimento local da cultura, onde muitas demandas se encontram no conselho municipal de Cultura.

Apesar da distância entre a política municipal de juventude e os movimentos populares de juventude, em 2015, foi inaugurada a Casa da Juventude.

Atividades na Casa da Juventude



Fonte: http://www.botucatu.sp.gov.br/includes/mostra_noticias.asp?ID=18084&Pagina=
http://www.botucatu.sp.gov.br/includes/mostra_noticias.asp?ID=18602&Pagina=

Botucatu, ao final, mostra um conjunto de políticas com alguma participação social e monitoramento e debate com os conselhos municipais com a potencialidade de incidir, a partir de seu conjunto, sobre: a produção e o consumo de produtos agroecológicos locais, inclusive para população de baixa renda (via agricultura urbana); redução do desperdício de alimentos e combate à fome; o abastecimento local pela agricultura familiar via mercado institucional do PNAE e do PAA Municipal; a qualidade não transgênica e a importância da alimentação escolar, especialmente durante a pandemia da COVID-19; a agroindustrialização da produção animal da agricultura familiar; e a participação das mulheres e dos jovens no processo de desenvolvimento. Apesar de todos os desafios que se apresentam na localidade para que se tenha um processo de participação

popular crescente e qualificado nos conselhos, no seu conjunto tal arranjo de políticas públicas locais possui potencial de conferir ao município mais soberania e segurança alimentar e nutricional.